

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.186.562 - PR (2017/0263291-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LEILA ZILDA FRANCISCO CAZOTI
AGRAVANTE : ALEXSANDER AUGUSTO CAZOTI
AGRAVANTE : AMANDA CAROLINA CAZOTI
AGRAVANTE : FERNANDA FRANCIELLI CAZOTI
AGRAVANTE : ESPOLIO DE JOSE AUGUSTO CAZOTI - ESPÓLIO
ADVOGADO : RICARDO DOMINGUES DE BRITO E OUTRO(S) - PR025825
AGRAVADO : EDINEIDE PINTO DA SILVA
AGRAVADO : GABRIELA CAZOTI
ADVOGADO : JOSÉ WALMIR MORO E OUTRO(S) - PR017029

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por LEILA ZILDA FRANCISCO CAZOTI e outros contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 396, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. BENS DO ESPÓLIO. UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA PELA COMPANHEIRA DO AUTOR DA HERANÇA. REQUERIDA MENOR. INCAPACIDADE ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL. REQUISITO LEGAL ATENDIDO. POSSE DO IMÓVEL PELO COMPAHEIRO SOBREVIVENTE. RECONHECIMENTO INCIDENTAL DE UNIÃO ESTÁVEL. DIRETO REAL DE HABITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 1.414, DO CÓDIGO CIVIL. POSSE INJUSTA EM RELAÇÃO AOS BENS MÓVEIS. INDENIZAÇÃO PELO USO DOS VEÍCULOS DO ESPÓLIO. TERMO INICIAL. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 1.202 DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls. 411-414, e-STJ.

Nas razões do especial (fls. 417-438, e-STJ), os recorrentes alegam, além de divergência jurisprudencial, afronta aos arts. 5º, 9º, I, 320, 325, 333, I, 470 e 535 do CPC/73; 1.202, 1.571, § 1º, 1.791, 1.797 e 1.991 do Código Civil e 1º da Lei n. 9.278/93. Sustenta, em síntese: a) omissão do acórdão recorrido; b) aplicação dos efeitos da revelia; c) inadequação da via eleita para o reconhecimento de união estável; d) ausência dos requisitos configuradores da união estável; e) incompatibilidade legal de uniões afetivas paralelas; f) indenização referente ao uso exclusivo de bem comum e, f) fixação do termo inicial da verba indenizatória a partir da abertura da sucessão.

Sem contrarrazões (fl. 494, e-STJ), a Corte local procedeu ao exame provisório de admissibilidade, oportunidade em que negou seguimento ao recurso especial.

Daí o presente recurso (fls. 505-521, e-STJ), em cujas razões a parte insurgente impugna os óbices aplicados pelo Tribunal *a quo*.

Sem contraminuta (fl. 524, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. No tocante à apontada violação ao artigo 535 do CPC/73, vigente à época, deve ser ressaltado que no recurso especial há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, **sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido**. Ante a deficiente fundamentação do recurso neste ponto, incide a Súmula 284 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EXPRESSAMENTE RECONHECIDOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. **É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284/STF.** 2. O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, entretanto, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 211/STJ. 3. . A questão jurídica sobre a qual o Tribunal de origem não estava obrigado a se manifestar, por não haver sido provocado a tanto em momento oportuno, não pode ensejar ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil. Além disso, se, a despeito dos embargos de declaração opostos, o Tribunal não se pronuncia sobre determinada questão, porque encontrou fundamentos diversos para o deslinde da controvérsia, inclusive de âmbito constitucional, falta o requisito do prequestionamento, incidindo, assim, a Súmula 211/STJ. Em casos tais, inexistente contradição em afastar a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil e, ao mesmo tempo, não conhecer do mérito do recurso por ausência de prequestionamento. [...] 7. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1533238/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015).[Grifou-se]

2. Com efeito, a jurisprudência desta Corte tem entendimento no sentido de que a existência de casamento válido não obsta o reconhecimento da união estável, quando há separação de fato ou judicial entre os casados.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DAS AUTORAS.

1. Não constatada a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73, porquanto todas as questões submetidas a julgamento foram apreciadas pelo órgão julgador, com fundamentação clara, coerente e suficiente.

2. Não obstante a fundamentação constitucional do acórdão para afastar o reconhecimento da união estável, não houve a devida impugnação da matéria por meio de recurso extraordinário, o que atrai à espécie o óbice da Súmula 126 desta Corte.

3. A avaliação quanto à necessidade e à suficiência ou não das provas e a fundamentação da decisão demandam, em regra, incursão no acervo fático-probatório dos autos e encontram óbice na Súmula 7/STJ.

4. **Na hipótese, o Tribunal local seguiu orientação desta Corte no sentido de que a existência de casamento válido não obsta o reconhecimento da união estável, quando há separação de fato ou judicial entre os casados. Incidência da Súmula 83/STJ.**

5. Alterar as conclusões firmadas pelo acórdão recorrido, no sentido de se entender pela existência da união estável, demanda o reexame de fatos e provas, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 898.706/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe de 15/10/2018) [grifou-se]

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL NÃO RECONHECIDA. HOMEM CASADO. SEPARAÇÃO DE FATO NÃO COMPROVADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. **"A jurisprudência do STJ e do STF é sólida em não reconhecer como união estável a relação concubinária não eventual, simultânea ao casamento, quando não estiver provada a separação de fato ou de direito do parceiro casado" (AgRg no AREsp 748.452, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 7/3/2016).**

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela ausência de comprovação da separação de fato. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 999.189/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe de 23/05/2017) [grifou-se]

Verifica-se que o acórdão recorrido, ao analisar as peculiaridades fáticas da demanda, concluiu, de forma expressa, pela configuração de união estável, pela não aplicação dos efeitos da revelia e pelo não cabimento de indenização pelo uso exclusivo do bem imóvel.

O Tribunal estadual fundamentou-se nos seguintes termos (fls. 397-398, e-STJ):

Acerca dos efeitos da revelia, como bem assinalou a respeitável sentença não se aplica ao presente feito os efeitos da revelia, posto que incidiram duas das exceções à regra, quais sejam: (I) há pluralidade de réus e um deles contestou a ação; (II) o litígio trata sobre o direito indisponível, de incapaz (art. 320, CPC).

No ponto, a sentença deve ser confirmada por seus próprios fundamentos porque harmônica com a interpretação sistemática da lei.

2.2. Na ação de indenização, o douto Juízo distinguiu o exercício da posse exclusiva sobre os bens do espólio pelas apeladas, entre móveis e imóvel e concluiu que a indenização era devida apenas em relação aos três veículos de anterior propriedade de José Augusto Cazoti, morto em 25 de novembro de 2004.

Como fundamentos distintos, o douto Juízo divisou a posse injusta da primeira apelada sobre os três veículos do espólio de um lado, e de outro, forte na existência de união estável entre esta e o falecido, firmou o direito de posse sobre o imóvel.

A insurgência dos apelantes contra o reconhecimento incidental da união estável e a consequente reconhecimento do direito de posse em favor da apelada Edineide Pinto da Silva já foram objeto de análise no julgamento da Apelação nº 1304344-0 na ação de reintegração de posse.

Ressaltou o douto juízo que o reconhecimento incidental não forma coisa julgada, tanto porque decidida incidentalmente de ofício (art. 469, III, CPC), como porque não requerida pela via adequada e necessária à sua constituição, qual seja, a ação declaratória incidental (arts. 5º, 325 e 470 do CPC).

[...]

A indenização decorrente da utilização de bem do espólio em detrimento dos demais sucessores é cabível, em face das peculiaridades do caso concreto, apenas em relação aos veículos.

Dessa forma, a reforma do que decidido na instância ordinária demandaria, a toda evidência, o reexame do contexto fático-probatório, o que mostra-se vedado na estreita via do recurso especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO *POST MORTEM*. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO CONFIGURADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA

HERDEIRA. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE PROVAS. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Os herdeiros possuem legitimidade para figurarem no polo passivo de ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato *post mortem*, porquanto "o deslinde da causa poderá afetar a sua esfera jurídico-patrimonial, qual seja o quinhão de cada um" (REsp 956.047/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, DJe de 15/03/2011).

2. O Tribunal de origem reconheceu a existência de união estável em razão do preenchimento dos requisitos legais. A inversão do julgado demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta Corte, a teor da Súmula 7/STJ.

3. Inviável, em sede de recurso especial, a verificação do quantitativo em que cada parte saiu vencedora ou vencida na demanda, a fim de reformular a distribuição dos ônus de sucumbência.

Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1628269/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 28/09/2018)

3. Por fim, apesar dos argumentos deduzidos no apelo nobre, verifica-se que a parte recorrente não logrou êxito em demonstrar a ocorrência do dissídio jurisprudencial, nos termos do art. 255, § 1º, do RISTJ, porquanto deixou de realizar o necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados, de sorte a evidenciar a **similitude de base fática dos casos confrontados e a divergência de resultados em torno da mesma questão jurídica.**

Como é cediço, a interposição do apelo extremo com fulcro no art. 105, III, "c", da Constituição da República exige comprovação e demonstração, com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias fáticas que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, **não se oferecendo como bastante a simples transcrição de trechos ou de ementas dos arestos impugnados, sem a realização do necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude da base fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.**

A falta de cotejo analítico, por sua vez, impede o acolhimento do apelo no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, pois não foram demonstradas em que circunstâncias o caso confrontado e os arestos paradigmas aplicaram diversamente o direito, **sobre a mesma situação fática.**

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELA INSTÂNCIA A QUO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RÉ. 1. A Corte Estadual dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Não havendo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material no aresto

recorrido, inócua a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. 2. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o pedido deve ser extraído da interpretação lógico-sistemática da petição, a partir da análise de todo o seu conteúdo, e não apenas da rubrica específica. Precedentes. 3. A subsistência de fundamentos aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n.º 283/STF. 4. No caso, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1138339/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. IMPROCEDÊNCIA. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO QUANTO A NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEVEDORA PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SUPORTE FÁTICO SEMELHANTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Não há falar em omissão, contradição, obscuridade e/ou negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, ainda que no sentido contrário ao pretendido pela parte. 3. O dissídio jurisprudencial não atendeu aos requisitos dos arts. 1.019 do NCPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, pois não foi feita a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, de onde se evidencia a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da já citada Súmula nº 284 do STF. 4. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio interpretativo cujo suporte fático dos casos confrontados se mostra dessemelhante. 5. Em virtude do não conhecimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, aplica-se ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei. 6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no REsp 1734531/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 31/10/2018).

4. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator